



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



A PLURIATIVIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A QUALIDADE  
DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES: APROXIMAÇÕES  
PARA O CASO DO RIO GRANDE DO SUL

MARCELO ANTONIO CONTERATO; LEONARDO RENNER KOPPE;  
CAROLINA BRAZ DE CASTILHO E SILVA;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

marcelo.conterato@ufrgs.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

**A PLURIATIVIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A QUALIDADE  
DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES: APROXIMAÇÕES  
PARA O CASO DO RIO GRANDE DO SUL**

**Grupo de Pesquisa: 7- Agricultura Familiar**

Análises econômicas, sociais e ambientais ligadas à pequena produção e à agricultura familiar e extensão rural

**Resumo**

O objetivo deste trabalho consiste em refletir sobre as potencialidades da pluriatividade e suas implicações para a qualidade de vida dos agricultores familiares. Inserido nas discussões sobre a ruralidade, o trabalho focaliza o caso brasileiro e utiliza-se de dados, ainda inéditos, de uma pesquisa recente sobre as famílias pluriativas no estado do Rio

Grande do Sul. Busca-se indicar em que medida a combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas por parte das famílias rurais poderia ajudar na solução de problemas corriqueiros que afetam as populações rurais tais como a instabilidade e sazonalidade das rendas, a geração de emprego no meio rural, a redução dos fluxos migratórios, entre outras dimensões da vida dos agricultores familiares através de sua condição de atividade, ou seja, famílias pluriativas ou monoativas. São duas as hipóteses que guiam o trabalho. A primeira hipótese é de que as famílias de agricultores se diferenciam, além da condição de atividade, também quanto à outras importantes dimensões como tamanho da propriedade, número de membros na família, entre outras. A segunda hipótese é de que as famílias pluriativas têm melhores indicadores de qualidade de vida, pois têm rendimentos mais elevados e diversificados em relação às famílias monoativas. Conclui-se, através dos dados apresentados, que existe uma certa homogeneidade quanto à qualidade de vida, seja subjetiva ou objetiva, que deve-se ao fato de que os rendimentos das atividades não-agrícolas são utilizados principalmente para o sustento/subsistência da família e investimentos dentro da propriedade. Isso significa que a renda não-agrícola, mesmo que não se materializando em bens ou nos itens selecionados como indicadores de qualidade de vida, são destinadas para o uso familiar em duplo sentido: garantir as condições mínimas de reprodução social e fortalecer a atividade agrícola.

Palavras-chave: condição de atividade, agricultura familiar, qualidade de vida

## Introdução

Além das alterações nas formas de intervenção do Estado, também está ocorrendo no Brasil uma estimulante discussão de caráter acadêmico e político sobre a própria ruralidade. Embora polissêmica esta discussão expõe relativo consenso entre seus formuladores de que o rural brasileiro é muito mais amplo e diversificado do que a atividade agrícola *stricto sensu*. Ao contrário, é preciso superar a concepção estreita que associa o rural ao agrícola e o seu desenvolvimento à uma racionalidade empresarial de gestão dos fatores de produção. O desenvolvimento rural é entendido como um processo multi-setorial, que envolve atividades agrícolas e não-agrícolas, e multifuncional, porque cumpre, simultaneamente, funções produtivas, ambientais, ecológicas e sociais.

Por isso, a reflexão sobre a ruralidade também acaba desembocando em análises sobre os mecanismos de promoção do desenvolvimento rural (Veiga, 2001; Graziano da Silva, 2001). Nos termos deste debate, já é relativamente consensual que as mudanças a serem realizadas nos espaços rurais do Brasil são complexas e exigem bem mais do que apenas gerar ações técnicas e práticas que estimulam a produção agrícola. Por ser um processo multi-setorial e multifuncional, a pluriatividade passa a ser cada vez mais reconhecida como uma importante estratégia de reprodução dos agricultores familiares e de promoção do desenvolvimento rural, principalmente naquelas regiões onde a agricultura familiar se apresenta como a forma social hegemônica, pois contribui decisivamente para o fortalecimento das economias locais e regionais, para a permanência dos agricultores no meio rural, para recolocar as questões de gênero, como garantia de renda e até mesmo como um modo de vida próprio. Por conta disso, a pluriatividade não é vista como uma atividade transitória ou mesmo precária junto às famílias, mas pela sua capacidade de fomentar o desenvolvimento rural, mesmo que isso se dê de forma diferenciada no espaço e no tempo. Vale destacar que a pluriatividade por si só não é capaz de promover o desenvolvimento rural se estiver descolada de outras condições para tal, como o acesso à terra, linhas de crédito e financiamento, preocupação com os aspectos ambientais, com o autoconsumo, etc.

O objetivo deste trabalho consiste em refletir sobre as potencialidades da pluriatividade. O trabalho focaliza o caso brasileiro e utiliza-se de dados, ainda inéditos, de uma pesquisa recente sobre as famílias pluriativas no estado do Rio Grande do Sul, localizado na região Sul do Brasil (ver mapa). Busca-se indicar em que medida a combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas por parte das famílias rurais poderia ajudar na solução de problemas corriqueiros que afetam as populações rurais tais como a instabilidade e sazonalidade das rendas, a geração de emprego no meio rural, a redução dos fluxos migratórios, entre outras dimensões da vida dos agricultores familiares através de sua condição de atividade. A condição de atividade das famílias, por critérios que serão expostos ao longo deste trabalho, será de famílias pluriativas ou monoativas. São duas as hipóteses que guiam o trabalho. A primeira hipótese é de que as famílias de agricultores se diferenciam, além da condição de atividade, pluriativas e monoativas, também quanto à outras importantes dimensões como tamanho da propriedade, número de membros na família, entre outras. A segunda hipótese é de que as famílias pluriativas têm melhores indicadores de qualidade de vida, pois têm rendimentos mais elevados e diversificados em relação às famílias monoativas.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: por primeiro, uma reflexão sobre a bibliografia do tema, o referencial teórico no qual se apóia e com o qual dialoga o trabalho. Após as considerações teóricas, seguem referências metodológicas dos dados que serão apresentados. A terceira parte é uma análise sobre as características das famílias

monoativas e pluriativas, principalmente a partir das características dos indivíduos que as compõem. A partir das considerações das características das famílias, que ajudam a entender suas condições de atividade, se discute as repercussões sobre a renda e qualidade de vida dessas famílias. Por último, se busca reunir as considerações realizadas ao longo do trabalho na forma de uma conclusão sobre os avanços que se fez.

### **Reflexão teórica: a pluriatividade**

A abrangência do debate sobre a pluriatividade nos limita a apresentar apenas alguns aspectos que considera-se centrais ao seu entendimento, sem maiores aprofundamentos da sua trajetória no ambiente acadêmico ou mesmo grande exposição de dados que comprovem a sua capilaridade nos espaços rurais que fogem do universo desta pesquisa. Em relação ao debate acadêmico, Schneider (2004) indica que até meados da década de 1980, os termos *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) eram utilizados quase sempre como sinônimos. É nos anos mais recentes que as diferenças semânticas e até mesmo as concepções teóricas acerca das noções mencionadas se alteraram significativamente na literatura internacional, podendo-se, inclusive, perceber a necessidade de consenso em torno da noção de pluriatividade.

Para Kageyama (1998), os dois fenômenos não podem ser totalmente superpostos: o tempo parcial numa atividade (agricultura, por exemplo) é condição necessária para poder dedicar-se a outras atividades, mas não é suficiente e nem é sinônimo de pluriatividade. Neste sentido, é preciso esclarecer se o tempo parcial se refere a uma atividade (“agricultura de tempo parcial”) ou ao número total de horas trabalhadas pela pessoa. O primeiro aspecto é o que parece estar mais diretamente relacionado com a pluriatividade, enquanto o segundo (jornada de trabalho) seria mais pertinente a análises do subemprego ou subocupação.

Para autores como Newby (1987) e Fuller (1990)<sup>1</sup> a cunhagem do termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de agricultura em tempo-parcial como as de *multiple job holding*. Para Fuller (1990) a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, em que se empreendem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora do estabelecimento, e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos (rendimentos, rendas em espécie e transferências). Schneider (2004) entende que com essa definição, os estudiosos não apenas têm conseguido abarcar os diferentes contextos onde o fenômeno se manifesta, inclusive os pequenos produtores não integrados aos diversos mercados, os grupos identificados com o campesinato, como também examinar as relações entre o trabalho formal e informal. Kageyama (1998) entende que a pluriatividade acaba referindo-se à combinação de atividades, por indivíduos ou famílias, em diferentes setores, portanto diferentes mercados.

A pluriatividade tem sido usada para explicar com mais detalhes o processo de diversificação do trabalho que ocorre no âmbito das unidades familiares de produção. Assim, Fuller (1990) afirma que a noção de pluriatividade permite analisar com maior precisão a forma como o trabalho é alocado pelas famílias em diferentes tipos de atividades, de onde emergem padrões individuais e coletivos de distribuição do trabalho rural. Em outros casos, a pluriatividade serve, ainda, para mostrar a transição da própria função da agricultura que, além de produzir alimentos e gerar emprego, favorecendo o processo de acumulação de capital, se apresenta hoje como um setor plurifuncional, que não deve ser analisado apenas pela sua eficiência produtiva, mas também pela sua contribuição na preservação ambiental e na própria dinamização do espaço rural. Formas de agricultura que até há pouco tempo eram condenadas – como é o caso da agricultura a

<sup>1</sup> Uma revisão mais ampla deste debate pode ser encontrada em Schneider (2003;2004) e Kageyama (1998).

tempo parcial – atualmente são aceitas como condição imperativa do desenvolvimento rural. É neste cenário que sobressaem as famílias pluriativas, enquanto agentes capazes de frear a saída brusca da população das áreas rurais, dando um novo sentido ao processo de produção rural (Mattei, 2005).

Para Schneider (2004), a pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (p. 79).

Esta interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. Isto faz com que a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas. Em relação às estratégias sociais e produtivas vinculadas aos aspectos intra-familiares é que Chayanov (1974) vai afirmar que o recurso às atividades não-agrícolas constituía-se em uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar face aos condicionantes da unidade produtiva agrícola. Para Chayanov, a família constitui-se na unidade-chave para explicar o processo de tomada de decisões dos indivíduos no que se refere à produção, à alocação da força de trabalho, à utilização dos equipamentos e ao investimento. Assim, para se compreender o funcionamento das unidades econômicas baseadas em trabalho familiar, torna-se necessário investigar o modo pelo qual as famílias solucionam seus problemas com vistas à manutenção da situação de equilíbrio entre consumo e trabalho, vital para garantir a reprodução social do grupo familiar.

Portanto, a pluriatividade manifesta-se naquelas situações em que a integração dos membros das famílias de agricultores aos mercados passa a ocorrer também pela via do mercado de trabalho. Este processo pode ocorrer tanto naquelas situações em que os agricultores já estiverem inseridos em mercados de produtos (no geral ligados à agropecuária), bens e serviços ou em outros em que a integração produtiva é muito incipiente e a venda da força de trabalho passa a ser a principal mercadoria de troca dos agricultores com o mercado. Isto significa, primeiro, que este processo promove e aprofunda a inserção do agricultor familiar aos circuitos mercantis e, segundo, que esta inserção ocorre segundo as características previamente existentes nos territórios, podendo se dar concomitantemente em mercados de produtos (nas situações em que vigora o sistema de integração agroindustrial, por exemplo) e de trabalho ou apenas através da venda da força de trabalho.

Nos contextos em que a agricultura familiar é a forma social hegemônica, o aparecimento da pluriatividade tende a estar acompanhado de um processo de mercantilização (Van der Ploeg, 1990;1992), que associa-se aos processos de externalização da agricultura na medida em há uma crescente interação com os mercados para além daqueles associados aos produtos e serviços agropecuários. Desse modo, o reconhecimento da pluriatividade como estratégia de reprodução na agricultura familiar passa, necessariamente, pela consideração de que a mercantilização na agricultura se dá via externalização dos processos produtivos e de inserção em mercados de trabalho não-agrícolas.



A pluriatividade deve, neste sentido, ser entendida a partir dos processos de reestruturação capitalista e mudança social nos espaços rurais (Blanc, 1987; Fuller, 1990; Reis, et al., 1990; Marsden, 1995). Reis et al (1990) afirmam que a pluriatividade é essencialmente um fenômeno intersetorial que, para ser entendido, requer uma compreensão analítica das mudanças econômicas e sócio-culturais. Da fato, se o espaço rural, no fordismo, estava limitado a cumprir suas funções produtivas agrícolas e alimentares, vai ganhando novas atribuições e aparece como ambiente onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas, surgindo novas funções no espaço rural antes destinado exclusivamente à produção de alimentos. Por isso é que Marsden (1995) afirma que para se compreender o rural é preciso ir além da perspectiva do *sistema agroalimentar* como foco de análise dos processos socioeconômicos no meio rural. A pluriatividade seria então um fenômeno decorrente da reestruturação do capitalismo, implicando em transformações do mercado de trabalho também no meio rural. Para Marsden (1995), a existência de um processo de revitalização das formas de produção no meio rural é um indicativo da emergência do fenômeno da pluriatividade. Deste modo, para se compreender a dinâmica dos espaços rurais faz-se necessário ir além dos métodos tradicionais, aqueles associados ao sistema agroalimentar, procurando-se entender como o atual estágio de desenvolvimento acaba redefinindo física, cultural e socialmente tais espaços rurais.

A necessidade de novas interpretações sobre o desenvolvimento rural é reforçada em trabalho recente Marsden (2003), onde o autor elabora importantes parâmetros conceituais para entender o papel e o desenvolvimento de trajetórias de diferentes áreas rurais. O autor argumenta que existem dinâmicas territoriais e desiguais do desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário. De acordo com Marsden (2003), a heterogeneidade do espaço rural deve ser considerada para que se possa, através de um instrumental teórico-metodológico consistente, ter uma compreensão da natureza multifacetada das trajetórias e dinâmicas do desenvolvimento rural. Por isso, vai dizer que para entender as transformações dos espaços rurais, sua heterogeneidade e perspectivas de desenvolvimento há que se levar em conta as múltiplas dimensões das suas mudanças.

Para Marsden (2003), é a heterogeneidade das dinâmicas de desenvolvimento rural que deve ser priorizada. Esta heterogeneidade se expressa em três dinâmicas. (1) agro-industrial – essa dinâmica vincula a produção agroalimentar à dinâmica industrial, onde os agricultores necessitam estabelecer padrões mínimos de competitividade, vinculados à diminuição de custos através do uso intensivo de novas tecnologias, como os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) que garantam o aumento das escalas de produção. (2) pós-produtivista - é uma dinâmica das regiões mais ricas da Europa, onde a produção agrícola tem pouca importância social e econômica, seja em relação à renda ou ao nível de emprego. O rural nesta perspectiva é visto como algo a ser consumido. (3) desenvolvimento rural – esta dinâmica emerge principalmente em nível local e regional, valorizando as economias de escopo, a diversidade dos modos de vida, os novos arranjos institucionais, agregação e industrialização de alimentos com qualidade, etc. Esta dinâmica assenta-se fortemente na agricultura, num estilo próprio de agricultura e sua diversidade para gerar a diversificação e o desenvolvimento rural a partir da convergência de diversos fatores, como a natureza, o trabalho, as características dos territórios, o modo de organização e o papel das instituições.

Nestes termos, Etchezarreta et al (1995) afirma que atualmente a agricultura familiar é uma forma estável de organização social agrária e onde a pluriatividade se apresenta como uma das formas (estratégias) permanentes, proporcionando a versatilidade e a flexibilidade que torna possível a manutenção da própria agricultura familiar. O

reconhecimento vai além do teórico, pois encontra respaldo empírico. Os trabalhos de Klein (1992), Weller (1997) e Berdegú et al (2001) demonstraram que na América Latina as ocupações em atividades não-agrícolas na região atingiam em torno de 22% no final da década de 1980. Na década de 1990 registrou-se um crescimento em todos os países da América Latina dos empregos em atividades não-agrícolas. Em relação ao Brasil, conforme Schneider (2004), os empregadores em atividades não-agrícolas com domicílio rural cresceram 9,9% a.a. entre 1992 e 1999. Na década de 1990 também se verifica um aumento igualmente significativo nas atividades não-agrícolas das categorias onde estão os agricultores familiares, que são as pessoas que declaram estar ocupadas por conta-própria, cujo crescimento foi de 2,7% a.a. no Brasil.

Schneider (2004) ressalta para o fato de que o crescimento do número de pessoas e famílias ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural não deve ser imediatamente associado ao fenômeno da pluriatividade. O crescimento das atividades não-agrícolas estaria relacionado às alterações nos mercados de trabalho rurais, expressando os novos modos de ocupação da força de trabalho. Já a pluriatividade, refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A pluriatividade torna-se causa e efeito das atividades não-agrícolas. Não obstante, não se deve confundir as atividades não-agrícolas com a pluriatividade, pois esta decorre das decisões e das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho.

Este tipo de entendimento ajuda a dirimir a confusão entre o que seja a dinâmica do mercado de trabalho e o processo de transformação que ocorre na composição das famílias rurais, que passam a ter entre seus membros indivíduos que exercem mais de uma atividade produtiva sendo uma delas a agricultura. A pluriatividade é um fenômeno observável no âmbito das famílias rurais, porque pluriativas elas passam a ser à medida que ocorre a combinação de inserções profissionais por parte de algum dos indivíduos que a compõem. Já as atividades não-agrícolas são tipos de ocupações em ramos e setores de atividades econômicas e produtivas classificadas como não-agrícolas.

A separação destas duas dimensões de um mesmo fenômeno permite que se analise, de um lado, a dinâmica do mercado de trabalho que é dado pelo crescimento ou diminuição das taxas de ocupação nesta ou naquela atividade econômica e, de outro, as alterações no perfil sócio-profissional e identitário das famílias rurais. Isto leva a aceitar que nem sempre o crescimento das ocupações não-agrícolas das pessoas ou famílias com domicílio rural, ocupadas neste ou naquele setor ou ramo, implica em um aumento proporcional da pluriatividade das famílias. Não se pode esquecer que os indivíduos que formam uma determinada família podem optar entre combinar duas ocupações (assumindo a condição de pluriativos) ou escolher pela troca de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar-se exclusivamente em atividades não-agrícolas, mesmo sem deixar de residir no meio rural.

### **A importância da pluriatividade**

Estudos como os de Schneider (1999; 2001; 2003), Sacco dos Anjos (1995; 2001; 2003) demonstraram que o exercício de várias atividades dentro de um mesmo estabelecimento seria uma característica intrínseca ao “modo de funcionamento” de unidades de trabalho que se organizam sob a égide do trabalho familiar, e não uma demonstração de fraqueza ou definhamento desta forma social. Além destes, os trabalhos de Kageyama (1998; 1999; 2001) destacam-se na consolidação do debate sobre a pluriatividade e sua importância para as famílias no meio rural. Da mesma forma, as discussões acerca do “novo rural brasileiro”, revelaram que um dos aspectos mais



relevantes apontados pelos pesquisadores é justamente a presença de atividades não-agrícolas entre os membros das famílias rurais ou dedicadas à agricultura, ou seja, a pluriatividade (Campanhola e Graziano da Silva, 2000; Del Grossi e Graziano da Silva, 1998; Graziano da Silva, 1999).

Após desenvolver argumentos mais detalhados sobre a pluriatividade, vale a pena uma breve digressão que permita entender alguns dos fatores causais que estão na raiz da emergência das novas formas de emprego e obtenção de rendas para os agricultores. Entre as razões apontadas para explicar as mudanças nas formas de ocupação no meio rural e o crescimento da pluriatividade destacam-se os seguintes fatores:

- a) *A modernização técnico-produtiva na agricultura*: o processo de modernização tecnológica e a crescente externalização de etapas dos processos produtivos agropecuários resultou em redução da utilização da mão-de-obra total das famílias rurais em atividade tipicamente agrícolas;
- b) *A queda e a dependência exclusiva das rendas agrícolas*: o aumento dos custos de produção agrícola e da dependência de inovações tecnológicas fez com que as atividades agrícolas caracterizam-se cada vez mais pelo aumento dos índices de produtividade sem, no entanto, se traduzir em maior rentabilidade, pois os agricultores perdem por completo o controle sobre os custos de produção e ficam a mercê das oscilações dos mercados de produtos agropecuários;
- c) *A permanência dos fluxos migratórios, principalmente em regiões essencialmente agrícolas*: os fluxos migratórios com origem no meio rural decorrem, fundamentalmente, da adoção de processos produtivos pouco intensivos em mão-de-obra. Estes fluxos associam-se fortemente ao produtivismo agrícola e ao progresso tecnológico que orientam os processos produtivos. O exercício de atividades agrícolas associadas à não-agrícolas tem permitido reduzir consideravelmente as migrações, contribuindo para a manutenção da família e da propriedade.

As mudanças societárias no meio rural acabam sendo fundamentais ao entendimento da emergência da pluriatividade e do seu papel na promoção do desenvolvimento rural. O desafio em promover tal desenvolvimento, levando-se em consideração o papel da pluriatividade, dar-se-ia na medida em que ela poderia apresentar-se como uma das alternativas a alguns dos principais problemas que afetam as populações rurais. Alguns estudiosos (Schneider, 2003; Graziano da Silva, 1999; Etxezarreta et al 1995; Echeverría, 2001; Berdegué, et. al. 2001; Kinsella, et al, 2000; Sofer, 2001), tem demonstrado como a pluriatividade pode apresentar-se como uma alternativa à alguns destes problemas e resultar no fortalecimento da própria atividade agrícola e das condições de vida dos agricultores familiares. Dentre as principais potencialidades da pluriatividade para o fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural, pode-se citar:

1. *Elevar a renda familiar no meio rural*: a pluriatividade, entendida como uma estratégia de diversificação das fontes de renda, permite que as famílias que combinam rendimentos agrícolas e não-agrícolas possuem, no geral, uma renda total mais elevada que aquelas exclusivamente dependentes da renda obtida das atividades agrícolas;
2. *Estabilizar a renda em face da sazonalidade dos ingressos na agricultura*: devido a sazonalidade das colheitas e mesmo dos imprevistos e imponderáveis climáticos e de mercado, o acesso às rendas advindas de atividades não-agrícolas garante maior estabilidade e periodicidade nos ganhos dos agricultores, reduzindo a vulnerabilidade da família;
3. *Estratégia de diversificação das fontes de ingresso*: a pluriatividade amplia as oportunidades de ganhos e o portfólio de possibilidades e alternativas que podem ser acionadas pelas famílias de agricultores;

4. *Contribuir na geração de emprego no espaço rural*: a presença maior da pluriatividade pode facilitar na alocação da força de trabalho das famílias rurais segundo o interesse dos próprios membros e as possibilidades ofertadas pelo mercado de trabalho. Cria-se, portanto, em nível local uma interação no mercado de trabalho agrícola e não-agrícola que acaba afetando positivamente a dinâmica da economia;

5. *Reduzir as migrações rural-urbano*: potencialmente, a pluriatividade representa uma forma de gerar oportunidades de emprego e ocupação para os membros das famílias de agricultores, especialmente as esposas de agricultores e filhos(as) jovens, que muitas vezes encontram-se sub-empregados nas unidades produtivas (pequeno tamanho, escala de produção, etc ou mesmo à incorporação crescente do progresso técnico, o que acaba dispensando a força de trabalho) sem abandonar o meio rural;

6. *Estimular os mercados locais e desenvolver os territórios rurais*: em locais onde a agricultura familiar se torna pluriativa a divisão social do trabalho tendo a se incrementar. Devido à complexificação e diversificação que é gerada em nível local e territorial cria-se um círculo virtuoso de ativação econômica que incrementa a produção e circulação de mercadorias e, por conseqüência, a ampliação das oportunidades de emprego. Como resultado, conclui-se que a pluriatividade tem um papel fundamental no estímulo às economias locais via diversificação do tecido social;

7. *Contribuir para estimular mudanças nas relações de poder e gênero*: estudos sobre os impactos micro sociológicos têm demonstrado que as famílias que combinam mais de uma forma de ocupação conheceram alterações nas relações de poder, gênero e de hierarquia familiar;

8. *Modificar o sentido da terra e do rural*: em famílias pluriativas, é comum se relativizar o sentido exclusivamente produtivo da terra, que deixa de ser vista apenas como um fator de produção e passa a ter um sentido patrimonial à medida que cresce sua função como local de moradia da família e não unicamente como unidade de produção. Assim, a pluriatividade pode ter um significado importante para alterar as concepções que associam, equivocadamente, como sinônimos o espaço rural e a atividade agrícola.

Por isso, trabalhos como o de Kinsella et al (2000), Sofer (2001) e Eikeland (1999) demonstram que a pluriatividade se constitui em um fenômeno estrutural e central para o futuro do desenvolvimento rural. Da mesma forma, Ellis (2000) também considera que a pluriatividade fortalece as estratégias de sobrevivência familiares e contribui no processo de diversificação dos modos de vida rurais. Neste sentido, a pluriatividade pode ser considerada como parte constituinte dos modos de vida das populações rurais e não como algo efêmero ou conjuntural e o reconhecimento da sua importância é fundamental para identificar as dinâmicas regionais de reprodução da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.

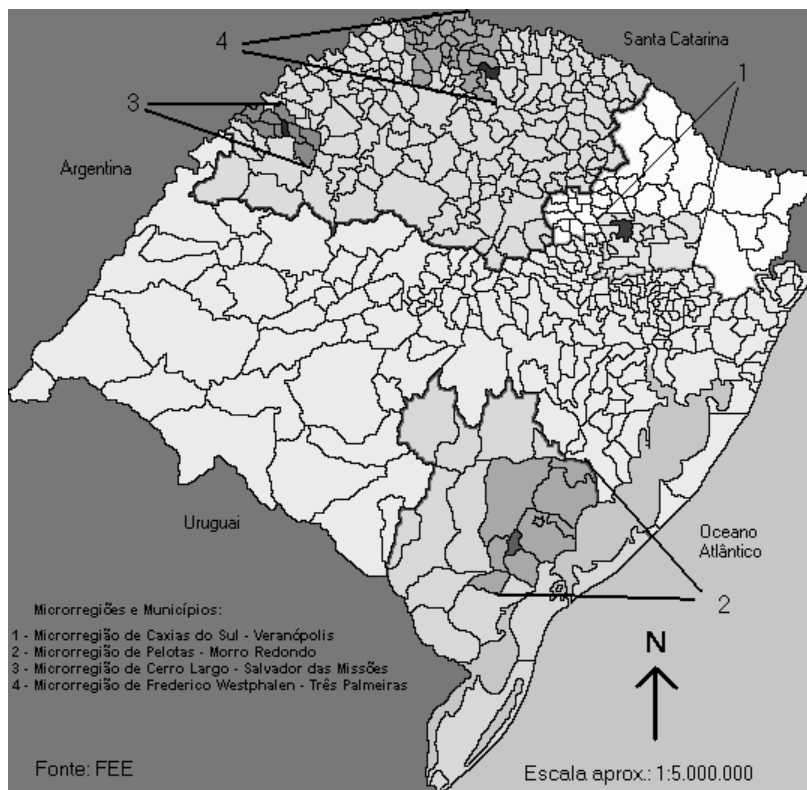
Estes e outros autores já citados ao longo deste trabalho, apesar de não operarem exatamente com os critérios de identificação das famílias pluriativas em relação a suas manifestações nos espaços rurais contribuem para a compreensão da intensidade do fenômeno da pluriatividade e dos seus tipos ou manifestações, principalmente por valorizarem que o seu exercício está intimamente ligado, entre outros aspectos, as características do entorno social e econômico pois este pode, ao mesmo tempo, ser um fator impulsionador ou restritivo à inserção dos indivíduos em mercados de trabalho não-agrícola.

## Agricultura familiar e pluriatividade: evidências empíricas

O universo investigado corresponde a informações levantadas em quatro regiões do Rio Grande do Sul, sendo que em cada uma delas foi escolhido um município de estudo por ser considerado representativo da dinâmica socioeconômica regional. As regiões escolhidas foram aquelas que apresentavam significativa presença de estabelecimentos de agricultura familiar em sua configuração atual e em sua formação histórica. Na microrregião<sup>2</sup> de Pelotas, localizada na região sul do Estado foi selecionado o município de Morro Redondo. Na microrregião de Cerro Largo, que se localiza na região noroeste do RS, foi selecionado o município de Salvador das Missões. Na microrregião de Frederico Westphalen no norte do Estado o município selecionado foi Três Palmeiras. Na microrregião de Caxias do Sul, na serra gaúcha, nordeste do Estado, o município de Veranópolis foi escolhido.

Em cada um dos municípios representativos de cada microrregião foram aplicados questionários semi-estruturados. O número de questionários aplicados em cada município (em torno de 60) observou o método de *amostragem sistemática por comunidade/localidade*, e ficou em torno de 10% do total de estabelecimentos de cada município. Os dados foram organizados no software SPSS (Statistical Package for Social Sciences). Dessa forma obteve-se dados representativos da diversidade de cada região, sem, no entanto, atingir o status de amostra probabilística.

**Figura 1: Localização das regiões e município pesquisados**



Estudo realizado pela FAO/INCRA (2000), com base em dados do último Censo Agropecuário (realizado em 1995/96), demonstra que o Brasil possui um total de 4.859.864 estabelecimentos agropecuários, dos quais 554.501 foram classificados como

<sup>2</sup> As microrregiões são aquelas definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

patronais (o que significa que contratam outros trabalhadores – acima de 2 de forma permanente ao ano) e 4.139.369 de agricultores familiares (que utilizam basicamente a força de trabalho da própria família). Na região Sul do Brasil, envolvendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, os agricultores familiares representam 90,5% do total de estabelecimentos agropecuários existentes.

Tabela 1 – Brasil, Região Sul e Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Número de Estabelecimentos Familiares, Área Total (ha) e Renda Total (RT) - 1995/96.

ESTADOS	Total de Estabelec. Familiares	Est. Fam. s/Total (%)	Área (hectares)	Área s/total (%)	VBP (mil R\$)	VBP s/Total (%)	Pessoal Ocupado Total	Área (ha) por Pessoa Ocupada
<u>Paraná</u>	321.380	86,9	6.541.584	41,0	2.683.996	48,2	1.004.458	6,5
Santa Catarina	191.760	94,3	3.965.843	60,0	2.330.103	71,3	645.247	6,1
Rio Grande Sul	394.495	91,8	8.920.804	40,9	3.561.894	57,7	1.190.267	7,5
Sul do Brasil	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	2.839.972	6,8
BRASIL	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	13.780.201	7,8

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Nota: Dados elaborados pelo Convênio INCRA/FAO

As unidades familiares de produção agropecuária ocupam, no Sul do Brasil, em média 43,8% da área total dos estabelecimentos, chegando a 60% no estado de Santa Catarina. Outro aspecto fundamental que demonstra a importância da agricultura familiar é o Valor Bruto da Produção agropecuária (VBP), que no Sul do Brasil é superior a 57% do VBP agropecuária total. Apesar de ocuparem, proporcionalmente, menos área em relação à agricultura patronal, a agricultura familiar gera mais riqueza, bem como absorve de forma mais eficiente a mão-de-obra disponível. Em relação a este aspecto, entre os estados do Sul do Brasil, destaca-se o Rio Grande do Sul, onde se tem uma pessoa ocupada para cada 7,5 hectares explorados, ficando em 6,8 para a região Sul como um todo.

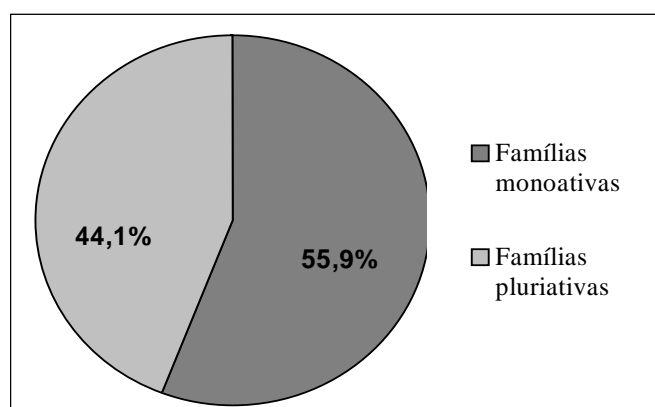
Diante da inegável importância econômica e social da agricultura familiar na estrutura agrária do Brasil, e ainda mais no Sul do Brasil e particularmente no Rio Grande do Sul, vale a pena uma análise pormenorizada acerca da presença da pluriatividade neste segmento, identificando suas semelhanças e diferenças entre microrregiões a partir do reconhecimento de que há distintas dinâmicas territoriais de desenvolvimento da agricultura de base familiar.

### **A diferenciação das famílias por condição de atividade e seus condicionantes**

A distinção entre famílias monoativas e pluriativas se baseia na seguinte definição: as famílias pluriativas são aquelas que se caracterizam pela combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas por pessoas que pertencem a uma mesma família e residem no meio rural. As famílias monoativas se caracterizam pela exclusividade do trabalho agrícola no interior da propriedade na qual residem. Os estudos sobre pluriatividade nos espaços rurais do Rio Grande do Sul, ainda que relativamente escassos, têm permitido aprofundar o debate sobre as transformações no mundo rural e a importância da pluriatividade para o fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural (Schneider, 1999; 2001; 2003; Schneider e Conterato, 2005; Sacco dos Anjos, 1995; 2001; 2003 e Sacco dos Anjos et al, 2004).

Alinhados à perspectiva destes trabalhos, buscar-se-á a seguir caracterizar o universo pesquisado. Em relação à condição de atividade do universo pesquisado das famílias, 55,9% são agrícolas exclusivas, ou seja, não possuíam nenhum membro ocupado em alguma atividade não-agrícola ou que exercesse atividade fora da propriedade familiar. As famílias pluriativas representam 44,1% do universo. Esses dados nos mostram que é significativa a presença de famílias pluriativas no meio rural gaúcho, apesar de predominar as famílias dedicadas exclusivamente às atividades agrícolas. Os dados vão ao encontro de Schneider (2003) que afirma que a pluriatividade não é um fenômeno marginal ou transitório, confinada a determinadas situações particulares, como também não representa um processo com tendência a generalização das atividades não-agrícolas para todos os grotões rurais do país (p.10).

**Gráfico 1: Distribuição das famílias (%), por condição de atividade, para o Estado do Rio Grande do Sul.**



Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003.

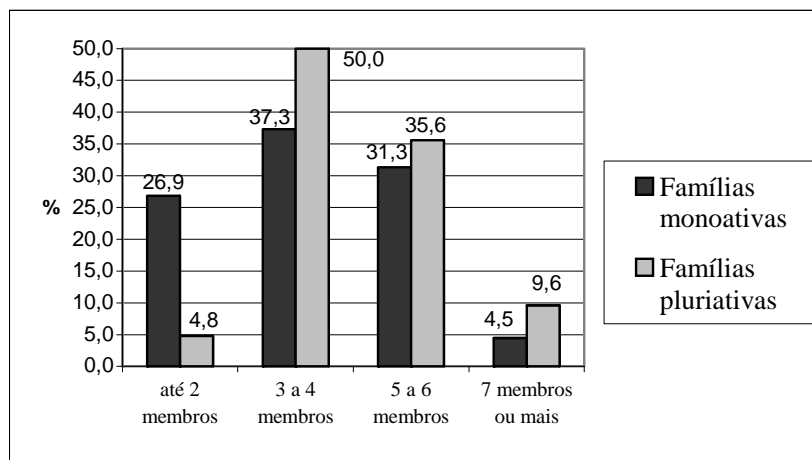
Dentre as estratégias produtivas e sociais há uma dimensão que diz respeito à própria configuração da família, isto é, o número de membros aptos ao trabalho, as condições de trabalho dentro da propriedade, o tamanho da área total e a superfície agrícola útil<sup>3</sup> (SAU).

Conforme pode-se observar no gráfico que segue (Gráfico 2), as famílias pluriativas são aquelas formadas com maior número de membros. Enquanto aproximadamente 27% das famílias monoativas possuem até dois membros, as famílias pluriativas com até dois membros constituem-se em menos de 5%. Nos demais estratos, que representam as famílias com maior número de membros, observa-se que predominam as famílias pluriativas.

Os dados do Gráfico 2 refletem o número médio de membros entre as famílias, que é de 3,8 pessoas para as famílias monoativas e de 4,7 pessoas para as famílias pluriativas. Neste caso, constata-se que a condição de atividade pluriativa está associada a um maior número de membros das famílias rurais. A pluriatividade, conforme argumentou-se anteriormente, consegue sustar as migrações, contribuindo para que os indivíduos permanecem no meio rural exercendo atividade não-agrícola sem abandonar a agricultura.

<sup>3</sup> A Superfície Agrícola Útil (SAU) corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola efetivamente explorada com atividades agrícolas, ou seja, a Superfície Total (ST) da unidade de produção agrícola menos as áreas improdutivas ou que não estejam sendo exploradas do ponto de vista agrícola.

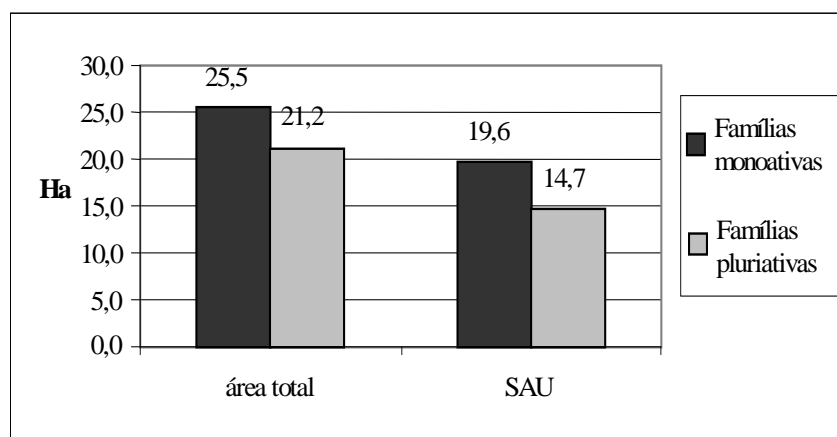
**Gráfico 2: Número de membros na família da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, por condição de atividade.**



Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003.

Além da variável demográfica, os dados da pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003, demonstram que as famílias pluriativas também possuem menores áreas em relação às famílias exclusivamente agrícolas, ou monoativas. Quando verificados os dados sobre a área total e a área relativa à superfície agrícola útil dos estabelecimentos familiares, verifica-se que em média as famílias pluriativas possuem e exploram, respectivamente, em torno de 4 a 5 hectares a menos que as famílias monoativas.

**Gráfico 3: Área total e Superfície Agrícola Útil (SAU) – Médias das famílias, por condição de atividade.**



Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003.

Em Koppe (2004), verificou-se que quanto maior a escolaridade do indivíduo dentro das famílias pluriativas, maior era a possibilidade desse indivíduo exercer atividade não-agrícola. Essa proporção era de 80% nos indivíduos com ensino superior completo. Assim, buscou-se na comparação entre as famílias pluriativas e monoativas verificar se a dimensão escolaridade possui algum tipo de relação com a pluriatividade. Quando se



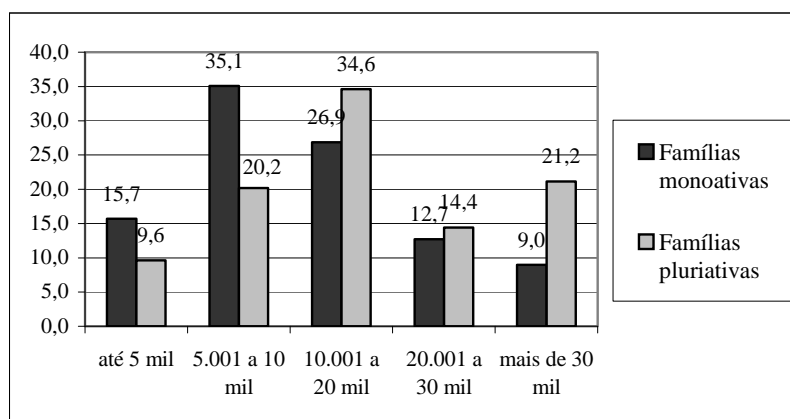
observada a distribuição de pais e filhos (as) por graus de escolaridade constatou-se que, apesar da proximidade, são nas famílias pluriativas que apresentam maiores graus de escolaridade. Essa diferença, maior escolaridade entre pluriativos, é mais significativa quando isolados os filhos (as) das famílias, enquanto que nos pais há uma maior semelhança na proporção de indivíduos por graus de escolaridade, independente da condição de atividade. Em torno de 60% dos pais, sejam pluriativos ou monoativos, possuem escolaridade máxima até 4ª série completa.

A pesquisa tem demonstrado que a diferenciação entre as famílias não se resume à condição de atividade das famílias - pluriativas ou monoativas – sendo verificada em outras dimensões, como no número de membros da família, área total e superfície agrícola útil (SAU) e escolaridade, principalmente dos filhos.

### Implicações da condição de atividade sobre a renda das famílias no meio rural do Rio Grande do Sul

Avaliando as diferenças de Renda Total (RT) entre as famílias pluriativas e monoativas, o que chama a atenção é a desigualdade de seus rendimentos totais. A distribuição desigual das famílias levando-se em conta a condição de atividade por estratos de RT reforça o argumento da diferenciação social e econômica da agricultura familiar e do impacto das rendas não-agrícolas para as famílias. De acordo com o Gráfico 4, a maioria das famílias monoativas, 50,8%, possuem RT de até 10 mil reais anuais<sup>4</sup> (aproximadamente até 2,8 salários mínimos mensais), enquanto que 70,2% das famílias pluriativas possuem RT acima de 10 mil reais anuais. A pesquisa AFDLP (UFRGS/UFPEL, 2003) demonstrou que as famílias pluriativas possuem uma renda total anual média de R\$ 20.352,46 enquanto as famílias monoativas têm, em média, uma renda total anual de R\$ 14.378,11. Pode-se perceber que há uma maior proporção de famílias de menor renda entre as famílias monoativas, enquanto nas famílias pluriativas há uma maior proporção de famílias de maiores rendas se comparado às famílias monoativas.

**Gráfico 4: Estratos de Renda Total (RT), (R\$), na agricultura familiar do Rio Grande do Sul, por condição de atividade (%).**



Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003.

<sup>4</sup> Em salários mínimos (SM) ao mês, os estratos possuem os seguintes valores respectivamente: Nenhum salário ou renda negativa; de 0 até 1,4 SM; de 1,41 até 2,8 SM; de 2,81 até 4,2 SM; de 4,21 até 5,6 SM; de 5,61 até 8,3 SM; de 8,31 até 13,9 SM e acima de 13,91 salários mínimos mensais. Salário mínimo considerado no valor de R\$ 300,00.

Os dados acima reforçam o argumento de que a pluriatividade contribui consideravelmente para o aumento da renda familiar, que passa de pouco mais de 14 mil família/ano das famílias monoativas para mais de 20 mil família/ano das famílias pluriativas. A pluriatividade apresenta-se como uma estratégia de diversificação das fontes de renda permite que as famílias que combinam rendimentos agrícolas e não-agrícolas possuem, no geral, uma renda total mais elevada que aquelas exclusivamente dependentes da renda obtida das atividades agrícolas, contribuindo para elevar a renda familiar no meio rural.

As implicações sobre a renda total para cada grupo de famílias também pode ser observada levando-se em consideração a contribuição de cada tipo de renda<sup>5</sup> por estrato de renda total *per capita* anual (Tabela 2). O que se constata é que no estrato de renda inferior (até R\$ 2.000,00 *per capita* anual), é significativa a presença e importância da renda proveniente de transferências sociais para ambos os grupos, mais acentuadamente entre as famílias monoativas (36,8%), que entre as pluriativas (26,3%).

**Tabela 2: Composição da renda total na agricultura familiar do Rio Grande do Sul, por estratos de renda e por condição de atividade.**

Estratos de renda e condição de atividade		Renda Agrícola	Trans. Sociais	Rendas de outras Fontes	Outras rendas do trabalho	Renda não-agrícola	Renda Total
<u>Inferior</u> (renda <i>per capita</i> até R\$ 2 mil anuais)	pluriativos	34,9	26,3	0,0	4,2	36,1	100
	monoativos	61,6	36,8	0,1	0,0	0,0	100
<u>Médio</u> (renda <i>per capita</i> entre R\$ 2 mil e R\$ 6 mil anuais)	pluriativos	43,3	15,8	0,9	5,7	34,3	100
	monoativos	91,2	4,5	3,3	1,0	0,0	100
<u>Superior</u> (renda <i>per capita</i> acima de R\$ 6 mil anuais)	pluriativos	48,6	14,6	2,5	3,0	31,3	100
	monoativos	82,4	14,6	2,3	0,7	0,0	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003.

O que se verifica também a partir da análise da composição da renda dessas famílias é que em todos os estratos (inferior, médio e superior), as rendas totais anuais das famílias pluriativas são constituídas por, aproximadamente, 34% de rendas não-agrícolas.

<sup>5</sup> Renda agrícola: Esta provem das atividades agropecuárias realizadas dentro da Unidade de Produção (UP) e/ou de atividades para-agrícolas. Atividades agropecuárias são cultivos e criações de animais. As atividades para-agrícolas são beneficiamento ou transformação, em bases artesanais (matérias-primas vegetais ou animais). Renda não-agrícola: Esta renda tem como origem as atividades não-agrícolas, podendo serem realizadas fora ou dentro da UP, na condição de empregado, empregador ou conta-própria, tais como: motorista, costureiro de bolas ou calçados, pedreiro, servidor público, professor, balconista, operário, empregado doméstico, confecção de panos de pratos e outros produtos artesanais não-agrícolas, coeiro e prestação de serviços não-agrícolas. Outras rendas do trabalho: Rendas obtidas necessariamente fora da UP e de atividades inerentes ao setor agropecuário. Embora os trabalhos temporários sejam mais recorrentes, atividades permanentes também ocorrem, como a venda da força de trabalho na agricultura ou prestação de serviços agrícolas, comércio da própria produção em feiras; colheita, plantio e podas em outras UPs; prestação de serviços com máquinas agrícolas próprias, etc. Rendas de outras fontes: Provenientes de aluguéis, juros, aplicações, arrendamentos, doações. Rendas de transferências sociais: resultantes de transferências governamentais, tais como aposentadorias, pensões, programas assistenciais, como bolsa-escola, cartão-alimentação ou outros.

Essa informação indica que a renda não-agrícola para as famílias pluriativas se aproxima, em importância para a composição da renda total anual, com a própria renda agrícola dessas famílias. No sentido inverso pode-se afirmar que mesmo para as famílias pluriativas, a renda proveniente da atividade agrícola constitui-se como um fator essencial para a sua manutenção. Ou seja, os dados empíricos demonstram que o fato da maioria das famílias pluriativas terem rendimentos totais superiores ao das famílias monoativas, a maioria acima de 10 mil reais anuais (Gráfico 4), resultado das rendas não-agrícolas (Tabela 2), não implica em abandono das atividades agrícolas, já que estas representam, mesmo para as famílias pluriativas com rendimentos totais anuais *per capita* acima de 6 mil reais, praticamente 50% da composição da renda total.

Outra questão que se coloca a partir da análise da composição das rendas é de que mesmo que em média a renda *per capita* não se diferencie entre famílias monoativas e pluriativas, essas se diferenciam em relação às suas fontes. As rendas das famílias pluriativas são mais diversificadas em todos os estratos. De acordo com Ellis (2000), essa diversificação é um mecanismo de proteção contra choques ou riscos, como, por exemplo, estiagem ou queda dos preços dos produtos agrícolas por superprodução. Dessa forma pode-se considerar que mesmo que as famílias não se diferenciem na média de renda *per capita* anual recebida, as famílias pluriativas se beneficiam de maior segurança pela diversificação de seus rendimentos.

No entanto, é importante ressaltar que isso não significa que não há diferenças quanto aos rendimentos entre as famílias pluriativas e monoativas. Não se pode esquecer que a maior diversificação de fontes de renda das famílias pluriativas pode resultar em uma maior segurança e estabilidade para a renda familiar, conforme apresentado acima. Também constatou-se maior percentual de famílias pluriativas nos estratos superiores de renda total, enquanto que as famílias monoativas se concentram nos estratos inferiores.

Estas observações estão de acordo com Schneider (2005), que mostra que a diferença maior entre famílias pluriativas e monoativas, quanto aos rendimentos, é que as famílias pluriativas não são tão dependentes das rendas agrícolas quanto as monoativas. Isso não caracteriza uma situação de fragilidade, pois, afinal, as rendas totais das famílias pluriativas tende a ser maior do que as das famílias monoativas. A pluriatividade, aparece como uma possibilidade de não apenas diversificar as fontes de renda mas, também aumentar e estabilizar os rendimentos individuais e familiares, reduzindo a vulnerabilidade social e tornando a agricultura familiar menos dependente dos imperativos climáticos e de mercado, aspectos que fogem ao seu controle.

### **Implicações da condição de atividade sobre a qualidade de vida das famílias no meio rural do Rio Grande do Sul**

Nesta parte do trabalho pretende-se abordar aspectos sobre a qualidade de vida das famílias pluriativas em comparação com as famílias monoativas. No entanto, por não ser um conceito fechado e consensual, a qualidade de vida pode ser trabalhada de diversas formas, variando conforme o pesquisador, o grupo pesquisado ou mesmo com a área de conhecimento onde se elabora o estudo. Seguindo a mesma linha de Asmus (2004), que considera que a qualidade de vida diz respeito às circunstâncias de vida de uma determinada população e à forma como estas circunstâncias são percebidas por esta mesma população, neste trabalho, a qualidade de vida é avaliada por duas dimensões: as condições de vida materiais e subjetivas, ou seja, a maneira como os sujeitos interpretam e se relacionam com as condições de vida materiais e aspectos não materiais como, por exemplo, as expectativas de melhorias no meio em que vivem.

Seguindo as contribuições de Asmus (2004), a qualidade de vida será analisada a partir de dois eixos: externo e interno. O eixo externo reflete o ponto de vista do pesquisador, desconsiderando os pesquisados, formando o eixo objetivo. O eixo interno reflete a subjetividade dos próprios sujeitos pesquisados através de suas manifestações sobre percepção da qualidade de vida de acordo com seus valores, expectativas, padrões e preocupações, formando o eixo subjetivo.

Assim, quando se fala da qualidade de vida, aqui, trata-se de duas abordagens. Um primeiro aspecto diz respeito às questões relativas a alguns bens possuídos pelas famílias, como celular, máquina de lavar e outros. Um segundo aspecto é referente ao entendimento e perspectivas que os agricultores familiares têm das condições materiais e não materiais que vivenciam, ou gostariam de vivenciar, como a satisfação com o meio rural, ou as expectativas que depositam na atividade agrícola.

### Condições de vida dos agricultores familiares

O primeiro conjunto de dados verificado é o relativo aos materiais utilizados nas construções das moradias. Os itens avaliados foram banheiro completo, piso de concreto, parede externa revestida, fossa séptica/poço absorvente e telha de barro. Esses foram considerados os mais adequados entre os possivelmente utilizados e os que poderiam demonstrar um pouco das condições de vida dos agricultores.

A Tabela 3 apresenta que de maneira geral, as famílias pluriativas possuem melhores condições de moradia e acesso à bens em relação às famílias monoativas. Não obstante, as diferenças não são muito significativas. Os dados indicam que se não diferenças quanto às condições de moradia e acesso à bens comparando-se a condição de atividade das famílias, onde estaria sendo aplicada a maior renda encontrada nas famílias pluriativas? Buscar-se-á responder este questionamento ao longo desta seção.

**Tabela 3: Condições de moradia e acesso à bens dos agricultores familiares do RS, por tipo de atividade (%).**

Condições de moradia e acesso à bens		Pluriativas (%)	Monoativas (%)
Condições de Moradia	Banheiro completo	92,4	89,5
	Piso de concreto predominante	26,7	17,3
	Parede externa de tijolo com revestimento	69,5	61,7
	Fossa séptica/ Poço absorvente	65,7	57,9
	Água de poço artesiano/rede geral	34,6	45,5
Acesso à bens	Telefone (celular e/ou fixo)	45,7	35,3
	Automóvel e/ou motocicleta	43,3	34,5
	Freezer	91,4	91,7
	Forno elétrico/microondas	35,6	36,6
	Antena parabólica	69,5	60,2
	Máquina de lavar roupa	89,5	83,5

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL, 2003.

Cabe destacar alguns indicadores de qualidade de vida objetivos por condição de atividade das famílias. No acesso à bens, 45,7% das famílias pluriativas possuem telefone (celular e/ou fixo), enquanto que este percentual cai para 35,3% das famílias monoativas. Possuir automóvel e/ou motocicleta também é um privilégio mais para famílias pluriativas

(43,3%) do que para famílias monoativas (34,5%). Os dados da tabela acima reforçam o argumento de que o fato de uma família passar de uma condição de exercício exclusivo de atividades agrícolas para a condição de dupla atividade não significa enfraquecer a agricultura, pois a qualidade de vida também resulta da combinação de atividades.

### Qualidade de vida subjetiva

A qualidade de vida não está relacionada apenas às questões objetivas ou materiais, podendo estar configurada nas perspectivas subjetivas e percepções das famílias e indivíduos sobre as condições materiais e sobre o meio no qual vivem. Entende-se que a perspectiva na agricultura, os investimentos realizados e as perspectivas de sucessão familiar podem indicar uma avaliação sobre o presente e uma projeção para o futuro.

**Tabela 4: Perspectivas dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul, por condição de atividade.**

Perspectivas dos agricultores familiares	Pluriativas (%)	Monoativas (%)
Têm perspectivas na agricultura	58,1	54,1
Gostariam que os filhos seguissem na agricultura	63,8	54,9
Haverá sucessão familiar	53,9	41,8

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003

As variáveis que demonstram uma diferenciação mais significativa entre os dois tipos de famílias são as que demonstram o desejo de que os filhos continuem na atividade agrícola, sendo 63,8% para as pluriativas e 54,9% para monoativas, e a perspectiva de sucessão, respectivamente 53,9% e 41,8%. Esses dados indicam que as famílias pluriativas, apesar da combinação de outras atividades com a agricultura, são as famílias nas quais se encontram as melhores perspectivas e o desejo de permanência dos filhos na atividade agrícola.

**Tabela 5: Satisfação dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul, por condição de atividade (%).**

Satisfação dos agricultores familiares	Pluriativas	Monoativas
Satisfeitos em relação à educação e escolas locais**	91,4	78,9
O meio rural melhorou desde a época de seus pais*	85,7	78,2
Satisfeitos em relação à agricultura**	75,2	75,2
Satisfeitos em relação ao meio rural**	97,1	94,7

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003

\* Soma dos que consideram que melhorou e que melhorou muito.

\*\* Soma dos que se consideram satisfeitos e muito satisfeitos.

Sobre a percepção dos agricultores em relação ao meio rural, verifica-se que, no geral, os índices de satisfação (Tabela 5) são bastante elevados, sendo que o menor

encontrado é em relação à agricultura (75,2% tanto para famílias pluriativas como para monoativas). A maior diferença encontrada entre um e outro tipo de família é quanto à satisfação em relação à educação e escolas locais, onde as famílias pluriativas satisfeitas são 91,4% e as monoativas, 78,9%.

Quando perguntados como deveria ser a educação para seus filhos, os responsáveis, em sua maioria, defendiam uma educação mista, voltada para a agricultura e para o mercado de trabalho, aproximadamente 63%. As famílias pluriativas que entendiam que havia melhoras no meio rural em relação à época dos seus pais, constituem 85,7% dos casos, enquanto as monoativas, 78,2%. Nos outros aspectos as diferenças continuam não sendo significativas.

A partir da constatação de diferenças não muito acentuadas entre pluriativos e monoativos nos aspectos objetivos e subjetivos relativos à qualidade de vida, uma nova preocupação surgiu. Para a análise da qualidade de vida dos agricultores familiares, dadas as informações verificadas, se impôs saber para onde era destinada a renda proveniente de atividades não-agrícolas das famílias pluriativas. Dessa forma, buscando saber o motivo do possível incremento na renda não estar refletindo em melhores indicadores materiais buscar-se há o destino desses rendimentos.

Dados da pesquisa AFDLP (UFRGS/UFPEL 2003) demonstram que do total de famílias pluriativas, 78,2% usam pelo menos uma parte da renda não-agrícola para investimentos para a família. De acordo com a Tabela 6, a maior dessas famílias (37%) investem parte da renda não-agrícola para o sustento da família (37%), seguida das despesas pessoais (22,2%). O que chama atenção é que os investimentos na propriedade aparecem em 19,8% dos casos, demonstrando a importância da pluriatividade para reforçar as atividades agrícolas.

No destino das rendas não-agrícolas talvez encontra-se a resposta para a insignificante diferença na qualidade de vida entre as famílias pluriativas monoativas. A Tabela 6 é clara em demonstrar que as rendas não-agrícolas não estão sendo utilizadas para aumentar o conforto familiar, pois apenas 1,2% disseram que usam estas rendas para tal fim. Neste sentido, independente do indivíduo pluriativo, se chefe, cônjuge, filho ou outro membro, há uma grande preocupação com as condições objetivas de reprodução (sustento da família) bem como investimento e despesas pessoais levando-nos a concluir que o exercício de atividade não-agrícola não significa, necessariamente, trilhar o caminho único da migração.

**Tabela 6: Onde as famílias pluriativas investem a maior parte da renda não-agrícola.**

Onde é investida a renda não-agrícola	% das famílias
Para investimentos na propriedade	19,8
Para o sustento (subsistência) da família	37,0
Aumento do conforto da casa (bens de consumo)	1,2
Para investimento na UP e conforto da família	14,8
Nas despesas pessoais de todo o tipo	22,2
Não sabe/não respondeu	1,2
Outro	3,7

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003



De acordo com as análises feitas, o fato de haver a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas numa mesma família não leva à condições de vida melhores mais significativas em relação aos agricultores que não realizam esta combinação, e nem à percepções melhores sobre essas condições. Isso demonstra que a pluriatividade não resulta em abandono da agricultura, e não elimina nos agricultores pluriativos a proximidade com a atividade agrícola, ou seja, a agricultura não fica relegada a um segundo plano.

### **Considerações finais**

A primeira consideração a ser ressaltada neste trabalho é que de acordo com o que vêm apontando os estudos sobre o meio rural (Del Grossi, 1999; Campanhola e Graziano da Silva, 1999; Schneider 2003), é significativa a presença das atividades não-agrícolas no meio rural. No conjunto de famílias estudadas, quase metade delas foram consideradas pluriativas indicando que é significativa a estratégia de combinar atividades agrícolas e não-agrícolas entre os agricultores familiares gaúchos.

Uma característica que ajuda a explicar a diferenciação quanto à condição de atividade é o número de membros pertencentes à família. As famílias com maior número de pessoas são as que, em maior proporção, combinam as atividades agrícolas com outras atividades. O maior número de membros se apresenta como um fator de explicação da pluriatividade quando conjugado com os outros dados analisados, como área total e superfície explorada. Essa informação indica que a pluriatividade pode estar fortemente relacionada com o ciclo demográfico da família, conforme Chayanov (1974). Ou seja, à medida que os filhos(as) das famílias monoativas atingem uma maior idade e maior grau de escolaridade podem vir a ser pluriativos, sendo, dessa forma, a pluriatividade uma condição transitória e decorrente da dinâmica do ciclo demográfico dessas famílias em relação ao meio no qual estão inseridas.

No que diz respeito à renda verificou-se que há uma maior proporção de famílias pluriativas nos estratos superiores de renda, enquanto as famílias monoativas tem rendimentos totais inferiores. Além de aumentar a renda, a pluriatividade estabiliza e diversifica as fontes de renda. Por isso, concorda-se com Ellis (2000), quando o autor afirma que as famílias pluriativas gozam de maior segurança pela composição diversificada dos rendimentos.

Não obstante, verificou-se que apesar da maior proporção de famílias de mais altas rendas ser de famílias pluriativas, não há diferenças significantes no que se refere aos indicadores de qualidade de vida utilizados. Da mesma forma, se verificou que, quanto aos aspectos relativos à satisfação com o meio rural, expectativas futuras e valorização de aspectos do meio rural, dentre outros, esses indicadores também não resultaram em diferenças muito significativas. Conclui-se, através dos dados apresentados, que esta homogeneidade quanto à qualidade de vida, seja subjetiva ou objetiva, deve-se ao fato de que os rendimentos das atividades não-agrícolas são utilizados principalmente para o sustento/subsistência da família e investimentos dentro da propriedade. Isso significa que a renda, mesmo que não se materializando em bens ou nos itens selecionados como indicadores de qualidade de vida, são destinadas para o uso familiar.

Por fim, observa-se que a pluriatividade, mesmo se caracterizando pelo acesso a outras atividades além da agricultura, essa ainda possui uma centralidade para essas famílias. Assim, a pluriatividade pode não ser indício do abandono da agricultura, mas sim um reforço da mesma, possibilitada pela própria dinâmica das famílias do meio rural, reforçando estudos já realizados (Schneider, 2003; Sacco dos Anjos, 2003) que vinculam a



combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas à uma estratégia de reprodução familiar.

### Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.
- ASMUS, R. M. F. Qualidade de vida na agricultura familiar. Brasília/DF, UnB e Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2004. Tese (Doutorado) – (Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável).
- BERDEGUÉ, J. L. et al. La creciente importancia del empleo y el ingreso rurales noagrícolas. In: ECHEVERRIA, R.G (Ed.) Desarrollo de las economías rurales. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001.
- REARDON, T. et al. Rural nonfarm employment and incomes in Latin America: overview and policy implications. In: World Development, Vol. 29, Nº 3, New York, Pergmon, 2001.
- BLANC, M. Pluriactividad y movilidad del trabajo: un enfoque macroeconomico. In: Arkleton Research: cambio rural en Europa. Colóquio de Montpellier, pp.89-109,1987.
- BRUN, A., FULLER, A. Farm Family Pluriactivity in Western Europe. United Kingdom, The Arkleton Research, 1991.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). O Novo rural brasileiro. Jaguariúna/SP, Embrapa Meio Ambiente e UNICAMP, 4 Volumes, 2000.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). O Novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização. Brasília/DF, Edição da Embrapa Informação Tecnológica e UNICAMP, Volume 7, 2004.
- CARNEIRO, M. J. Significados da pluriatividade para a família rural. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Brasília, agosto de 2005. Texto para Discussão.
- DEL GROSSI, M. E. Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia da UNICAMP, Tese (Doutorado em Economia), 1999.
- DEL GROSSI, M. E. e GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Nº 11, Rio de Janeiro, UFRJ/CPDA, 1998.
- EIKELAND, S. New rural pluriactivity? Household strategies and rural renewal. In: Norway. Sociologia Ruralis, Oxford, v.39, n.3, 1999, pp.359-376.
- ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. The Journal of Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford, Oxford University Press, 2000.
- ETXEZARRETA, M.; CRUZ, J.; GARCÍA MORILLA M.; VILADOMIU, L. La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias. Madrid: MAPA, 1988, p. 411-455.
- FULLER, A. From Part-time to Pluriactivity: a decade of Change in Rural Europe. Journal of Rural Studies, Great Britain. 6(4): 1990, p. 361-373.
- \_\_\_\_\_. Part-Time Farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H. Research in Rural Sociology and Development. Connecticut, Jai Press, 1984.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

- \_\_\_\_\_. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: NEAD: José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento”. Brasília, MDA/CNDRS/NEAD, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. (orgs.). O Novo rural brasileiro. Vol. 1. Jaguariúna/São Paulo, Embrapa/Unicamp, 2000, p. 79-101.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*. v.2 n.3, p.515-551, 1998.
- KINSELLA, J. et al. Pluriativity as a livelihood strategy in Irihi farm Households and its role in Rural Development. *Sociologia Ruralis*, Netherlands v. 40, 2000, n. 4: 481-496.
- KLEIN, E. El Empleo rural no agrícola en America Latina. Santiago, PREALC/OIT, Documento de Trabajo N° 364, 22 p, 1992.
- KOPPE, L.R. A estratificação social e a pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul. Monografia de conclusão de curso. UFRGS, 2004.
- MARSDEN, T. et al. Rural Restructuring: global processes and their responses. London: David Fulton Publishers, 1990.
- \_\_\_\_\_. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, London, v.11, n.03, 1995, p.285-296.
- MATTEI, L. A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade e desenvolvimento rural. Anais do XLIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, 2005.
- PLOEG, J. D. van der. Labor, Markets, and Agricultural Production. Boulder: Westview Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (ed.). *Ecología, Campesinato y Historia*. Espanã: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.
- REIS, J. et al. How ‘Rural’ is Agricultural Pluriactivity? *Journal of Rural Studies*, Vol. 6. N° 4, p. 395-399, 1990.
- SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2ª Edição, 1999.
- \_\_\_\_\_. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. N° 16, abril, p.165-184, 2001.
- \_\_\_\_\_. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- \_\_\_\_\_. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. REDES. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Vol. 9, n° 3 – set./dez./ de 2004.
- \_\_\_\_\_. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: *Cadernos do Ceam, UnB*. v. 5, n° 17. 2005.
- SCHNEIDER, S; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. Capítulo de Livro a ser publicado na Argentina (prelo), 2005, 29p.
- SOFER, M. Pluriactivity in the Moshav: family farming in Israel. In: *Sociologia Ruralis*, Oxford, v.17, 2001, pp.363-37.
- WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. *Revista de la Cepal*, N°62, p.75-90, 1997.